

SIMULADO ESPECIAL

DPE PB

Analista Da Defensoria

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **DPE-PB**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/C1oUEnKdY6CR1FbB7

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/sy4n9l

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://bit.ly/4Aflvl7

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Patrícia Manzato

Texto de base para Questões 1 a 7

A Administração Pública começou a se organizar nos séculos XVIII e XIX, nessa época era ainda embrionária devido ao Estado Absolutista, que anteriormente detinha todo o poder centralizado e não permitia um desenvolvimento público. A administração não tinha ainda uma elaboração normativa baseadas nos princípios constitucionais próprios que tem hoje, apenas algumas obras e regras esparsas que dariam início aos atuais conceitos de direitos constitucionais e administrativos.

Foi quando o Estado de Direito começou a se estabelecer, juntamente com o Direito Constitucional, e os demais ramos de direito público que o Direito Administrativo começou a se formar, a partir da separação dos poderes do Estado e com o Princípio da Legalidade, para dar mais segurança aos direitos do povo em relações particulares e também nas relações públicas.

A partir da Revolução Francesa é que o Estado de Direito, com a separação dos três poderes, se consolidou e só nesse momento que se foi começar a delimitar normas que organizariam a Administração Pública, retirando a aplicação do direito privado das relações jurídicas em que o Estado participa. O direito administrativo amplia a sua atuação para atividades antes efetuadas pelo direito privado, estendendo-se a atividades com objetivo de promover o bem-estar social, como por exemplo, a educação, saúde, cultura.

O direito administrativo brasileiro teve contribuição do direito francês, do direito alemão e do direito italiano na sua formação como um ramo autônomo. A inclinação do direito dos três países foi distinta, do direito francês praticamente se originou o direito administrativo porque o estruturou quase completamente, o direito alemão influenciou a elaboração científica do direto administrativo como ciência administrativa e o direito italiano contribuiu para a elaboração sistemática da administração.

A Administração Pública Brasileira se desenvolveu como ciência Administrativa, e esse caminho de crescimento dividem-se temporalmente em três fases distintas, quais sejam: Estado Administrativo (1930-1945), Estado para o desenvolvimento (1946-1964) eEstado Intervencionista (1965-1979).

Adaptado de https://gepam.adm.br/administracao-publica-um-breve-historico/

1. Segundo o texto, a Administração Pública era "ainda embrionária" nos séculos XVIII e XIX porque:

a) o Estado Absolutista, que anteriormente detinha todo o poder centralizado, não permitia um desenvolvimento público.

b) a Administração Pública só começaria a se organizar a partir do século XX, com a Revolução Francesa.

c) não havia interesse do povo em participar das relações públicas do período.

d) as obras e regras esparsas do período já constituíam uma elaboração normativa completa baseada nos princípios constitucionais.

e) o Estado Absolutista incentivava a descentralização do poder e a participação popular na administração.

2. Está inteiramente correta a frase:

a) Fazem-se necessários estudos sobre as três fases da Administração Pública brasileira, dado a influência dos direitos francês, alemão e italiano em sua formação.

b) O estabelecimento do Estado de Direito e a separação dos poderes constitui marcos fundamentais para a formação do Direito Administrativo.

c) O direito administrativo brasileiro teve contribuição do direito francês, que o estruturou quase completamente, e do direito alemão, que influenciou a elaboração científica.

d) A Administração Pública começou a se organizar nos séculos XVIII e XIX, quando era ainda embrionária devido ao Estado Absolutista, que detinham todo o poder centralizado.

e) As atividades de educação, saúde e cultura, antes efetuadas pelo direito privado, passou a ser regidas pelo direito administrativo, que as estendeu ao bem-estar social.

3. No segmento "foi quando o Estado de Direito começou a se estabelecer, juntamente com o Direito Constitucional, e os demais ramos de direito público que o Direito Administrativo começou a se formar, a partir da separação dos poderes do Estado e com o Princípio da Legalidade", a formação do Direito Administrativo é vinculada a:

a) à manutenção do poder centralizado, que garantia unidade normativa à administração.

b) ao estabelecimento do Estado de Direito, à separação dos poderes do Estado e ao Princípio da Legalidade, com o objetivo de dar mais segurança aos direitos do povo.

c) à abolição do Direito Constitucional, que impedia o desenvolvimento do direito público.

d) à aplicação integral do direito privado às relações jurídicas em que o Estado participa.

e) ao retorno ao Absolutismo, cuja centralização era considerada mais segura para o povo.

4. No que se refere à estrutura do texto, é correto afirmar que:

a) o texto é uma narrativa biográfica que relata a vida dos juristas franceses, alemães e italianos que fundaram o direito administrativo.

b) o texto parte do contexto embrionário da Administração Pública sob o Absolutismo, apresenta o estabelecimento do Estado de Direito e a consolidação pós-Revolução Francesa, destaca as contribuições estrangeiras à formação do direito administrativo brasileiro e conclui com a periodização do desenvolvimento da ciência administrativa no Brasil.

c) o texto estrutura-se como uma crítica à Revolução Francesa, argumentando que ela atrasou o desenvolvimento da Administração Pública.

d) o texto defende que o direito administrativo brasileiro é cópia integral do direito francês, sem contribuições de outras tradições jurídicas.

e) o texto organiza-se como um diálogo entre autores clássicos da Administração Pública, expondo teses contrárias sobre a autonomia do direito administrativo.

5. Considere a seguinte frase do texto: "A Administração Pública começou a se organizar nos séculos XVIII e XIX, nessa época **era** ainda embrionária devido ao Estado Absolutista."

A respeito do emprego do verbo "era" no singular, é correto afirmar que:

a) está incorreto, pois o sujeito deveria ser "séculos XVIII e XIX", exigindo "eram".

b) está incorreto, pois o sujeito seria "Estado Absolutista", exigindo singular, mas o verbo deveria estar no plural pela enumeração "séculos XVIII e XIX".

c) está correto, pois o verbo "ser" é impessoal e fica sempre na 3ª pessoa do singular.

d) está correto, pois o sujeito de "era" é "A Administração Pública" (núcleo: "Administração", singular), retomado pelo pronome demonstrativo locativo "nessa época" como adjunto adverbial de tempo.

e) está correto, pois o verbo concorda com "época", que é o núcleo do sujeito posposto.

6. De acordo com o texto, considere as seguintes afirmações:

I. A partir da Revolução Francesa, o Estado de Direito, com a separação dos três poderes, se consolidou e começou a delimitar normas que organizariam a Administração Pública.

II. O direito administrativo brasileiro teve contribuição do direito francês, do direito alemão e do direito italiano na sua formação como ramo autônomo.

III. O direito francês influenciou apenas a elaboração científica do direito administrativo como ciência administrativa, sem estruturá-lo.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) III, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

7. Está inteiramente correta a frase:

a) A partir da Revolução Francesa, começou-se a retirar a aplicação do direito privado das relações jurídicas em que o Estado participa, estendendo-se o direito administrativo à atividades de promoção do bem-estar social.

b) O direito administrativo brasileiro deve à direito francês a sua estruturação quase completa, à direito alemão a elaboração científica e à direito italiano a elaboração sistemática.

c) A Administração Pública começou a se organizar nos séculos XVIII e XIX, período em que ainda era embrionária, a medida que o Estado de Direito se estabelecia com o Princípio da Legalidade.

d) O direito administrativo ampliou sua atuação, estendendo-se à escopos como educação, saúde e cultura, com o objetivo de promover o bem-estar social à população.

e) A formação do Direito Administrativo está vinculada à separação dos poderes do Estado e ao Princípio da Legalidade, que deram mais segurança aos direitos do povo.

LEGISLAÇÃO DA DEFENSORIA

Rodrigo Bet

8. Em capacitação para os novos analistas da DPE-PB, discutiu-se o regime constitucional da Defensoria Pública, cuja redação atual decorre, em grande parte, da Emenda Constitucional nº 80/2014.

De acordo com a Constituição Federal, são princípios institucionais da Defensoria Pública

a) a unicidade, a impessoalidade e a independência funcional.

b) a legalidade, a impessoalidade e a eficiência.

c) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

d) a unidade, a autonomia financeira e a inamovibilidade.

e) a indivisibilidade, a vitaliciedade e a independência funcional.

9. Ao analisar o planejamento de expansão da DPE-PB, a auditoria interna examinou o art. 98 do ADCT, incluído pela EC nº 80/2014.

Segundo esse dispositivo,

a) o número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço e à respectiva população.

b) os entes deveriam contar com defensores em todas as unidades jurisdicionais no prazo de 10 anos.

c) durante o prazo de implantação, a lotação priorizaria as regiões de maior arrecadação tributária.

d) o número de defensores deve ser igual ao de magistrados em cada unidade jurisdicional.

e) a obrigação de lotar defensores em todas as unidades jurisdicionais alcança apenas a União.

10. Na elaboração da proposta orçamentária da DPE-PB, surgiu dúvida sobre o alcance da autonomia da instituição.

De acordo com a CF e a LC nº 80/1994, a Defensoria Pública do Estado

a) goza de autonomia financeira plena, sem sujeição aos limites da lei de diretrizes orçamentárias.

b) encaminha sua proposta orçamentária diretamente ao Poder Legislativo.

c) depende do Tribunal de Justiça para encaminhar sua proposta orçamentária.

d) não pode abrir concurso para os cargos dos serviços auxiliares, atribuição do Poder Executivo.

e) tem autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária, dentro dos limites da LDO.

11. Encerrado o mandato do Defensor Público-Geral da Paraíba, a instituição organizou a escolha do novo chefe.

Nos termos da LC nº 80/1994, o Defensor Público-Geral do Estado

a) é eleito diretamente pelos membros da carreira, sem participação do Governador.

b) é nomeado pelo Governador dentre membros estáveis da carreira maiores de 35 anos, escolhidos em lista tríplice, para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.

c) tem mandato de 4 anos, vedada a recondução.

d) é escolhido livremente pelo Governador entre advogados de notável saber jurídico.

e) depende de aprovação da Assembleia Legislativa para ser nomeado.

12. Em nota técnica sobre a atuação dos membros da DPE-PB, a auditoria interna precisou examinar as funções institucionais e a capacidade postulatória dos defensores.

Segundo a LC nº 80/1994,

a) a capacidade postulatória do Defensor Público depende de inscrição na OAB.

b) a solução extrajudicial dos litígios é vedada à Defensoria, que só atua em juízo.

c) a assistência jurídica integral e gratuita custeada pelo Estado pode ser prestada por advogado dativo, em igualdade com a Defensoria.

d) a capacidade postulatória do Defensor Público decorre exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público.

e) a defesa de grupos vulneráveis limita-se à criança e ao adolescente.

13. Com a LC nº 205/2024, a estrutura da DPE-PB passou a contar com unidade própria de controle interno, à qual se vincula o trabalho do Auditor Interno.

Segundo essa lei, que alterou a LC nº 104/2012, a Controladoria-Geral da Defensoria Pública

a) é órgão da administração superior, ao lado do Conselho Superior.

b) integra a Corregedoria-Geral, como departamento de auditoria.

c) vincula-se ao Tribunal de Contas do Estado, e não ao Defensor Público-Geral.

d) é chefiada por Defensor Público eleito pelos membros da carreira.

e) compreende o Departamento de Auditoria e Controle Interno e o Departamento de Acompanhamento de Licitação, Contratos, Convênios e Compras.

14. Ao acompanhar processo disciplinar instaurado contra servidor do quadro da DPE-PB por infração punível com advertência, o Auditor Interno verificou os prazos aplicáveis.

Nos termos da LC nº 205/2024, a ação disciplinar, nesse caso, prescreve em

a) 2 anos.

b) 5 anos.

c) 180 dias.

d) 120 dias.

e) 1 ano.

CONHECIMENTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

Tiago Zanolla

15. A independência funcional assegurada aos defensores públicos determina

a) a adoção irrestrita de testes jurídicas

b) que os Defensores Públicos ficam vinculados aos pronunciamentos de membro anterior.

c) que os Defensores podem substituir-se uns aos outros.

d) ao defensor adotar a estratégia de defesa que entender mais adequada em benefício do assistido, sem que isso importe em nulidade.

e) que a independência funcional se confunda com a autonomia funcional, protegendo a consciência profissional contra ingerências externas.

16. É objetivo da Defensoria Pública do Estado, exceto:

a) promoção da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.

b) afirmação do Estado Democrático de Direito.

c) a orientação jurídica e o exercício da defesa de toda a população.

d) garantia da efetividade dos direitos humanos;

e) garantia da efetividade dos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório, do acesso à ordem jurídica justa e do devido processo legal.

17. São princípios institucionais da Defensoria Pública:

a) ampla defesa, inamovibilidade e a unidade.

b) unidade, autonomia funcional e a indivisibilidade.

c) unidade, indivisibilidade e a independência funcional.

d) defesa dos hipossuficientes, a unidade e a ampla defesa.

e) irredutibilidade dos vencimentos, inamovibilidade e a independência administrativa.

18. De acordo com a organização da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, assinale a alternativa correta.

a) O PROCON-DPE/PB integra os órgãos de atuação, juntamente com os Núcleos Regionais e Especializados.

b) A Ouvidoria-Geral e a Corregedoria-Geral integram os órgãos auxiliares da Defensoria Pública.

c) Os Defensores Públicos do Estado da Paraíba e o PROCON-DPE/PB integram os órgãos de execução.

d) A Coordenadoria Administrativa de Execução Penal e Acompanhamento aos Defensores Públicos (CAEP) integra os órgãos de administração superior, sendo seu Coordenador remunerado com indenização de Atividade Cumulativa de 30% de seu subsídio mensal.

e) A Escola Superior da Defensoria Pública e os Núcleos Especializados integram os órgãos auxiliares da instituição.

19. Durante uma reunião institucional, um Defensor Público afirmou que a atuação da Defensoria Pública deve observar princípios institucionais próprios, destinados a assegurar a continuidade, a organização e a independência de suas atividades.

Considerando os princípios institucionais da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta.

a) A unidade, a indivisibilidade e a hierarquia funcional constituem os princípios institucionais da Defensoria Pública.

b) A independência funcional assegura aos Defensores Públicos autonomia no exercício de suas atribuições, afastando a necessidade de observância das normas legais.

c) A indivisibilidade impede a substituição de um Defensor Público por outro durante o andamento de um processo, garantindo a continuidade da atuação pessoal do membro originalmente designado.

d) A unidade significa que os membros da Defensoria Pública integram uma mesma instituição, enquanto a indivisibilidade permite a substituição de seus membros, sem prejuízo da continuidade da atuação institucional.

e) A independência funcional impede a existência de órgãos de administração superior e afasta qualquer forma de organização administrativa da Defensoria Pública.

20. De acordo com a organização a Defensoria Pública do Estado da Paraíba, assinale a alternativa que apresenta a correta classificação dos órgãos da instituição.

a) Conselho Superior, órgão de execução; Corregedoria-Geral, órgão auxiliar.

b) Núcleos Especializados, órgãos de atuação; PROCON-DPE/PB, órgão de execução.

c) Ouvidoria-Geral, órgão de administração superior; Defensores Públicos, órgãos de atuação.

d) Escola Superior, órgão de atuação; Núcleos Regionais, órgãos auxiliares.

e) Subdefensorias Públicas-Gerais, órgãos auxiliares; CAEP, órgão de administração superior.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APLICADA ÀS DEFENSORIAS

Douglas Schneider

21. Uma Defensoria Pública organizou o atendimento em núcleos voltados, cada um, a um público: mulheres em situação de violência doméstica, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas em situação de rua.

Cada núcleo atua nas matérias cível, criminal e de família do seu público.

Nesse caso, a Defensoria adotou a departamentalização

a) funcional.

b) por processo.

c) por cliente.

d) por produto ou serviço.

e) geográfica.

22. O governo estadual obteve apoio popular e parlamentar para ampliar um programa de acesso à justiça. Entretanto, faltam pessoal qualificado, recursos financeiros e processos gerenciais para executar o programa.

Segundo a distinção clássica entre governabilidade e governança apresentada por Paludo (2013), o principal obstáculo à execução situa-se na

a) governança, por insuficiência de capacidade técnica, financeira e gerencial.

b) governabilidade, por insuficiência de capacidade técnica, financeira e gerencial.

c) governança, por insuficiência de apoio político e legitimidade social.

d) governabilidade, por insuficiência de apoio político e legitimidade social.

e) governança, por insuficiência de articulação entre coalizões de apoio político.

23. Uma Defensoria Pública propôs, em seu planejamento estratégico, a seguinte declaração de visão: “Ser reconhecida como referência em acesso à justiça e alcançar, até 2030, atendimento presencial em 60% dos municípios do Estado”.

De acordo com Sobral e Peci (2013), essa redação

a) está adequada, pois a visão deve fixar metas quantitativas que permitam controlar o desempenho da instituição.

b) confunde visão e missão, pois descreve a razão de ser da instituição e as necessidades básicas que ela atende.

c) está adequada, pois a visão equivale aos objetivos táticos que orientam os resultados de cada unidade da Defensoria.

d) confunde visão e valores, pois expressa os princípios que devem orientar a conduta dos membros e servidores.

e) confunde visão e objetivo estratégico, pois a visão aponta a posição futura desejada sem metas quantitativas.

24. Uma Defensoria Pública planejava viagens de barco durante as cheias e em águas baixas. Para tratar o risco de acidentes nas cheias, cancelou as viagens nesse período.

Para as viagens em águas baixas, contratou seguro das embarcações.

Segundo o referencial básico de gestão de riscos do Tribunal de Contas da União, essas medidas correspondem, respectivamente, a

a) reduzir o risco e aceitar o risco.

b) evitar o risco e compartilhar o risco.

c) aceitar o risco e reduzir o risco.

d) reduzir o risco e compartilhar o risco.

e) evitar o risco e aceitar o risco.

25. Considere as afirmações a seguir sobre convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada.

I. Organizações públicas e privadas recorrem às mesmas técnicas de planejamento, organização, direção e controle, bem como à avaliação de resultados.

II. Na gestão pública, assim como na privada, o serviço é custeado, em regra, por quem dele se utiliza e na medida desse uso.

III. A gestão pública volta-se ao bem-estar da coletividade e só pode agir quando a lei autoriza, ao passo que a privada pode fazer o que a lei não proíbe.

IV. Nas organizações públicas, a eficiência e a eficácia medem-se principalmente pela correta utilização dos recursos, e não pelo cumprimento da missão.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) II e IV.

c) III e IV.

d) I e III.

e) I, III e IV.

NOÇÕES DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Paulo Sousa

26. Mariana adquiriu uma televisão em uma loja de eletrodomésticos para uso doméstico. Dez dias após a compra, o aparelho passou a desligar espontaneamente, sendo entregue à assistência técnica autorizada. Decorridos trinta dias, o vício permaneceu sem solução. Não houve convenção para alteração do prazo de reparo. Ao procurar a loja e solicitar a devolução do valor pago, Mariana foi informada de que somente o fabricante poderia responder pelo problema e de que deveria aguardar mais quinze dias.

Nessa situação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Mariana

a) deverá exigir a restituição exclusivamente do fabricante, pois a identificação deste afasta a responsabilidade da loja pelos vícios de qualidade do aparelho.

b) poderá exigir da loja o abatimento do preço, mas a restituição dependerá da demonstração de que o reparo do aparelho é tecnicamente impossível.

c) deverá conceder o prazo adicional solicitado, pois a assistência técnica pode prorrogar unilateralmente o período de reparo, desde que não ultrapasse cento e oitenta dias.

d) poderá exigir da loja a devolução do valor pago, com atualização monetária, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, diante da responsabilidade solidária dos fornecedores.

e) poderá exigir a substituição do aparelho, cabendo ao fornecedor escolher entre a entrega de outro produto e a devolução do valor pago.

27. Quanto ao ônus da prova nas relações de consumo, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar

a) A inversão em favor do consumidor decorre automaticamente da existência da relação de consumo, dispensando a avaliação judicial dos requisitos legais.

b) A inversão em favor do consumidor pode ser determinada pelo juiz quando houver verossimilhança da alegação ou hipossuficiência, segundo as regras ordinárias de experiência.

c) A inversão em favor do consumidor exige a demonstração cumulativa da verossimilhança da alegação e da hipossuficiência, ainda que a produção da prova seja especialmente difícil.

d) A prova da veracidade da informação publicitária compete ao consumidor que a impugna, salvo quando o juiz reconhecer sua hipossuficiência e determinar a inversão.

e) A prova da correção da publicidade incumbe ao patrocinador somente após decisão judicial que reconheça a verossimilhança da alegação do consumidor.

28. Clara comprou uma cafeteira pela internet. No quinto dia após o recebimento, comunicou à loja que desejava desistir da compra, embora o produto estivesse em perfeito funcionamento. A loja condicionou o cancelamento ao pagamento das despesas de devolução, conforme cláusula expressa do contrato.

À luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência do STJ, Clara

a) poderá desistir da compra e obter a restituição dos valores pagos, monetariamente atualizados, sem suportar as despesas de devolução do produto.

b) poderá desistir da compra, mas deverá pagar as despesas de devolução, pois a cláusula expressa permite transferir esse encargo à consumidora.

c) somente poderá desistir da compra se demonstrar vício no produto ou divergência entre suas características e aquelas informadas na publicidade.

d) poderá desistir da compra, cabendo à loja escolher entre restituir o preço e conceder crédito equivalente para aquisição de outro produto.

e) somente poderá obter a restituição se tiver comunicado a desistência em até sete dias da compra, pois o recebimento não interfere na contagem desse prazo.

29. Quanto aos elementos da relação de consumo e à equiparação a consumidor, o Código de Defesa do Consumidor estabelece que

a) A pessoa jurídica pode ser considerada consumidora quando destinatária final, desde que não possua finalidade lucrativa nem desenvolva atividade econômica.

b) Os entes despersonalizados estão excluídos do conceito de fornecedor, ainda que desenvolvam habitualmente atividades de produção ou comercialização de produtos.

c) O conceito de produto compreende os bens materiais, móveis ou imóveis, enquanto os bens imateriais recebem proteção exclusivamente pelas normas relativas aos serviços.

d) As atividades bancárias, financeiras e de crédito integram o conceito de serviço, mas as atividades securitárias são excluídas por estarem submetidas à legislação específica.

e) As vítimas de acidente de consumo equiparam-se a consumidores para fins de responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço, mesmo sem participação direta na contratação.

30. Após reclamação de um consumidor, o Procon municipal instaurou processo administrativo contra uma empresa e, assegurada a ampla defesa, aplicou multa pela utilização de cláusula contratual abusiva. A empresa alegou que somente o Poder Judiciário poderia avaliar o conteúdo do contrato e que uma reclamação individual não autorizaria a sanção.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor e a jurisprudência do STJ, a atuação do Procon é

a) inválida, pois a interpretação de cláusulas contratuais constitui atividade exclusiva do Poder Judiciário, cabendo ao órgão administrativo apenas promover a conciliação entre os envolvidos.

b) inválida, pois a aplicação de multa pressupõe lesão a interesses coletivos, sendo insuficiente a infração apurada a partir da reclamação de um único consumidor.

c) válida, pois o órgão pode interpretar cláusulas para apurar abusividade e aplicar multa administrativa, ainda que o procedimento tenha origem em reclamação individual.

d) válida, desde que a abusividade da cláusula seja previamente reconhecida em decisão judicial definitiva, requisito necessário para a exigibilidade da sanção administrativa aplicada.

e) inválida, pois a fiscalização contratual compete aos órgãos estaduais, restando aos órgãos municipais receber reclamações e encaminhá-las à autoridade competente para eventual aplicação de multa.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

31. De acordo com a Constituição Federal, pode impetrar mandado de segurança coletivo:

a) partido político com representação na Assembleia Legislativa

b) qualquer pessoa prejudicada em seu direito líquido e certo

c) associação, desde que o direito violado afete a totalidade dos seus membros

d) entidade de classe, desde que de âmbito nacional

e) associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano

32. É privativo de brasileiro nato o cargo de:

a) Ministro do Superior Tribunal de Justiça

b) Procurador-Geral da República

c) Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

d) Defensor Público-Geral Federal

e) Presidente da Câmara dos Deputados

33. Acerca das competências federativas, julgue os itens a seguir:

I – Compete privativamente à União legislar sobre direito penal, direito civil e direito do trabalho.

II – É competência concorrente da União, dos Estados, do DF e dos Municípios legislar sobre direito penitenciário.

III – No âmbito da legislação concorrente, a União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

IV – É competência comum de todos os entes federativos cuidar da saúde.

Estão corretos, apenas:

a) III e IV

b) I e II

c) I, III e IV

d) II e IV

e) I, II e III

34. Sobre as funções essenciais à Justiça, conforme a jurisprudência do STF, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos ou coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas

b) Os regimes remuneratórios da Magistratura e do Ministério Público são equiparados

c) É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra

d) O valor recebido a título de honorários sucumbenciais pela Defensoria Pública deve ser destinado ao aparelhamento das Defensorias Públicas ou rateado entre os membros da instituição

e) a advocacia é indispensável à administração da Justiça

35. É vedada a edição de medida provisória sobre:

a) direito tributário

b) abertura de crédito extraordinário

c) direito do trabalho

d) direito processual civil

e) direito civil

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

36. Marcelo é autoridade responsável pela condução de determinado processo administrativo no âmbito de uma autarquia federal. Concluída a fase de instrução, deveria proferir decisão administrativa capaz de produzir efeitos diretamente sobre a esfera jurídica do interessado. Entretanto, em vez de formalizar sua manifestação em documento escrito, Marcelo reuniu informalmente os servidores do setor e comunicou verbalmente sua decisão, determinando que o particular fosse informado por telefone.

Não houve documento contendo data, local, assinatura da autoridade ou qualquer outro registro formal da decisão. Para aquela situação concreta, não existia regra especial autorizando a substituição da forma normalmente exigida por manifestação meramente oral.

À luz das regras relativas à forma dos atos administrativos, assinale a alternativa **correta**.

a) A atuação de Marcelo é válida porque o Direito Administrativo adota, como regra, o princípio da liberdade das formas, podendo cada autoridade escolher o meio que considerar mais eficiente para exteriorizar sua decisão.

b) O ato será necessariamente válido porque existem atos administrativos que podem ser praticados verbalmente, por gestos ou por meios virtuais, sendo irrelevante eventual exigência legal de exteriorização escrita.

c) A ausência da forma escrita constitui apenas irregularidade interna sem qualquer consequência para o ato, pois a forma jamais representa requisito de validade das manifestações administrativas.

d) A atuação apresenta vício relacionado à forma, pois, no processo administrativo federal, a regra é que os atos sejam produzidos por escrito, em vernáculo, com indicação de data e local e com assinatura da autoridade responsável, sem prejuízo das hipóteses em que a legislação admita outras formas de exteriorização.

e) A forma somente possui relevância quando relacionada à publicação do ato no Diário Oficial, não alcançando o modo pelo qual a manifestação de vontade administrativa é originalmente exteriorizada.

37. No Estado de Serra Dourada, a governadora Lívia apresentou proposta de reorganização da Administração Indireta. O projeto prevê a instituição de uma autarquia estadual destinada à fiscalização sanitária, uma empresa pública responsável pela exploração de determinada atividade econômica, uma sociedade de economia mista e uma fundação pública de Direito Privado.

Durante a análise jurídica, surgiu discussão sobre quais entidades são criadas diretamente pela lei, quais têm apenas sua instituição autorizada, e em que momento adquirem personalidade jurídica.

Considerando as regras aplicáveis à criação das entidades integrantes da Administração Indireta, assinale a alternativa **correta**.

a) Autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação pública de Direito Privado devem ser diretamente criadas por lei específica, adquirindo personalidade jurídica imediatamente com a entrada em vigor da norma instituidora.

b) A autarquia tem sua criação apenas autorizada por lei específica e somente adquire personalidade jurídica depois do registro dos atos constitutivos, enquanto empresa pública e sociedade de economia mista são diretamente criadas pela própria lei.

c) A autarquia é criada diretamente por lei específica e adquire personalidade jurídica com a vigência da própria lei; empresa pública, sociedade de economia mista e fundação pública de Direito Privado têm sua criação autorizada por lei específica e dependem das providências constitutivas e do respectivo registro para adquirir personalidade jurídica.

d) As entidades de Direito Privado integrantes da Administração Indireta podem ser constituídas diretamente por decreto do Chefe do Poder Executivo, sendo dispensável autorização legislativa porque não possuem personalidade jurídica de Direito Público.

e) A fundação pública, independentemente de possuir personalidade jurídica de Direito Público ou de Direito Privado, será sempre criada diretamente por lei específica, sendo juridicamente irrelevante a natureza jurídica escolhida pelo Estado para sua instituição

38. Ricardo, diretor responsável pela área de pessoal de determinado órgão público, elaborou e aprovou escala anual de férias dos servidores. O procedimento observou todas as exigências legais e não apresentou qualquer vício de competência, forma ou finalidade.

Alguns meses depois, entretanto, a autoridade hierarquicamente superior percebeu que a manutenção daquela escala permitiria que número excessivo de servidores se afastasse simultaneamente em período de elevada demanda, comprometendo significativamente a continuidade e a qualidade do atendimento ao público.

Diante dessa circunstância, resolveu reavaliar a decisão não porque a considerasse ilegal, mas porque entendeu que a solução inicialmente adotada não era mais conveniente nem oportuna para o serviço.

Considerando a classificação quanto à natureza do controle da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

a) A situação envolve controle de mérito, uma vez que a análise recai sobre conveniência e oportunidade de ato juridicamente válido, podendo a Administração revogá-lo caso conclua que sua manutenção deixou de representar a solução administrativa mais adequada.

b) A revisão realizada pela autoridade superior caracteriza controle de legalidade, pois todo ato que se torne inconveniente ou inoportuno passa automaticamente a ser considerado ilegal e deverá ser anulado.

c) A reavaliação somente poderia ser realizada pelo Poder Judiciário, que possui competência para substituir a escolha da Administração quando considerar que outra medida seria mais eficiente ou conveniente para a prestação do serviço público.

d) A Administração deverá anular a escala de férias, pois a anulação constitui o instrumento utilizado para retirar do mundo jurídico atos válidos que perderam sua conveniência ou oportunidade em razão de circunstâncias supervenientes.

e) Controle de legalidade e controle de mérito possuem o mesmo objeto, pois ambos verificam apenas a conformidade do ato com a legislação, diferenciando-se unicamente quanto ao órgão responsável por promover a fiscalização

39. No Município fictício de Vale Sereno, a legislação municipal atribuiu ao Diretor de Fiscalização competência para aplicar multas administrativas entre R$ 5.000,00 e R$ 100.000,00, devendo o valor ser definido proporcionalmente à gravidade da infração constatada. Ricardo, ocupante do cargo, ao fiscalizar determinado estabelecimento, considerou a conduta praticada especialmente grave e aplicou multa de R$ 300.000,00, embora soubesse que o limite legal era inferior.

Alguns meses depois, utilizando competência que efetivamente possuía para determinar a remoção de servidores de ofício quando presente interesse da Administração, Ricardo transferiu Marcos, servidor com quem mantinha antiga desavença pessoal, para uma localidade distante, não para suprir necessidade administrativa, mas com o propósito de castigá-lo.

Considerando as modalidades de abuso de poder, especialmente o excesso de poder e o desvio de poder ou de finalidade, assinale a alternativa **correta**.

a) As duas condutas praticadas por Ricardo caracterizam excesso de poder, pois, sempre que uma autoridade pública utiliza determinada prerrogativa administrativa de forma inadequada, o vício necessariamente recai sobre o elemento competência, ainda que a autoridade possua atribuição legal para a prática do ato.

b) A aplicação da multa caracteriza desvio de finalidade, porque Ricardo possuía competência geral para fiscalizar e sancionar estabelecimentos; a remoção de Marcos, por sua vez, caracteriza excesso de poder, uma vez que a intenção de puni-lo retira automaticamente da autoridade a competência legal que anteriormente possuía.

c) A multa de R$ 300.000,00 caracteriza excesso de poder, pois Ricardo ultrapassou objetivamente os limites da competência que lhe foi atribuída pela lei; a remoção de Marcos caracteriza desvio de poder ou de finalidade, pois, embora Ricardo fosse competente para determinar remoções de ofício, empregou essa competência para alcançar objetivo punitivo e pessoal diverso daquele juridicamente previsto.

d) Apenas a aplicação da multa configura abuso de poder, porque o valor ultrapassou expressamente o limite definido em lei. A remoção permanece válida, pois, estando a autoridade dentro dos limites formais de sua competência, os motivos pessoais que determinaram a prática do ato não interferem na sua legalidade.

e) Nenhuma das duas condutas caracteriza abuso de poder, porque Ricardo possuía competência para aplicar multas e determinar remoções, sendo suficiente a existência de atribuição legal genérica para afastar eventual ilegalidade relacionada aos limites quantitativos da sanção ou à finalidade concretamente perseguida

40. No Município de Serra Clara, a Secretária Municipal de Administração, Laura, identificou que determinada atividade comercial vinha causando transtornos à coletividade. Embora não existisse lei municipal proibindo a conduta nem autorizando a imposição de penalidade, Laura editou uma portaria administrativa criando nova obrigação para todos os comerciantes e estabelecendo multa para aqueles que deixassem de cumpri-la.

A Secretária justificou a medida afirmando que a providência seria necessária ao interesse público e que a Administração dispunha de liberdade para agir diante da ausência de proibição legal expressa. Paralelamente, o cidadão Miguel praticou determinada conduta privada que também não era proibida por lei.

Considerando os diferentes efeitos do princípio da legalidade sobre a atuação dos particulares e da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

a) A portaria editada por Laura é válida, pois a Administração Pública, assim como os particulares, pode praticar todas as condutas que não estejam expressamente proibidas em lei, desde que a autoridade demonstre que sua atuação se destina à proteção do interesse coletivo.

b) A inexistência de lei municipal autorizadora não impede que Laura crie a obrigação e a respectiva multa por meio de portaria, porque o princípio da legalidade permite ao administrador complementar livremente o ordenamento sempre que identificar lacuna legislativa que dificulte a satisfação do interesse público.

c) Miguel somente poderia praticar a conduta privada se houvesse lei autorizando expressamente seu comportamento, pois o princípio da legalidade impõe aos particulares e à Administração Pública a mesma exigência de prévia autorização legislativa para qualquer atuação juridicamente relevante.

d) A Administração Pública somente pode atuar quando houver fundamento jurídico que autorize ou determine sua atuação, não podendo criar originariamente obrigação ou sanção por simples ato administrativo sem respaldo legal. Em relação aos particulares, prevalece a liberdade de praticar as condutas que não estejam proibidas em lei, sem que isso impeça a existência de discricionariedade administrativa quando a própria lei conceder margem legítima de escolha ao administrador.

e) O princípio da legalidade elimina completamente a discricionariedade administrativa, de modo que a Administração jamais poderá apreciar conveniência e oportunidade, ainda que a própria lei estabeleça mais de uma solução juridicamente possível para determinado caso concreto

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Mário Godoy

41. Após sofrer um derrame, Paulo foi encaminhado a um hospital particular. Antes de dar entrada do setor de emergência, foi questionado pela recepcão se ele possuía plano de saúde. Ante a negativa, exigiu-se o pagamento antecipado do valor de R$ 200 mil, cifra bastante superior ao valor médio cobrado para esse tipo de procedimento. Considerando-se que sua vida estava em jogo, Paulo assinou uma promissória no referido do montante exigido.

Com relação à situação acima descrita, pode-se afirmar que o negócio jurídico é:

a) Anulável, por estado de perigo.

b) Nulo, por coação.

c) Nulo, por ilicitude do objeto.

d) Ineficaz, por lesão.

e) Válido, sendo possível pleitear reparação por enriquecimento sem causa.

42. Com relação à obrigação de dar, assinale a alternativa correta.

a) A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela, caso não tenham sido expressamente mencionados.

b) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, com acréscimo de perdas e danos.

c) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais não poderá, todavia, exigir aumento no preço.

d) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, o credor poderá exigir que seja prestado o valor a ela equivalente.

e) Tratando-se de obrigação de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.

43. Marcelo constitui usufruto vitalício sobre um imóvel a ele pertencente em favor de Cláudia, mãe de Aline. Caso Cláudia venha a falecer, é correto afirmar que o usufruto:

a) Transfere-se a Aline, que poderá continuar o seu exercício pelo prazo de 10 anos.

b) Transfere-se a Aline, que poderá continuar o seu exercício também vitaliciamente.

c) Será automaticamente extinto, consolidando-se a propriedade plena em favor de Marcelo.

d) Será extinto mediante decisão judicial, caso Aline deixe de arcar com as despesas de conservação.

e) Será extinto mediante decisão administrativa, caso Aline deixe de arcar com os tributos relativos ao bem.

44. Acerca da filiação, assinale a alternativa correta.

a) O reconhecimento de filhos se faz por escritura pública, sendo incabível o instrumento particular.

b) O reconhecimento dos filhos não pode ser posterior ao seu falecimento.

c) O reconhecimento não pode ser revogado, salvo se feito em testamento

d) É possível a aposição de termo ao ato de reconhecimento do filho.

e) O filho menor pode impugnar o reconhecimento, nos quatro anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação.

45. No direito civil, é correto afirmar que, com relação aos alimentos:

a) Devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada, ainda que a situação de necessidade resulte de culpa de quem os pleiteia.

b) Não podem ser pleiteados do irmão unilateral.

c) A obrigação respectiva não se transmite aos herdeiros do alimentante.

d) O respectivo crédito é insuscetível de cessão, compensação ou penhora.

e) O casamento do ex-cônjuge que recebe alimentos do outro não faz cessar, por si só, a obrigação deste.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Priscila Silveira

46. À luz dos princípios penais previstos na Constituição Federal e no Código Penal, é correto afirmar:

a) A medida provisória pode criar tipos penais incriminadores, desde que posteriormente convertida em lei pelo Congresso Nacional.

b) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

c) O princípio da culpabilidade admite a responsabilidade penal objetiva nos crimes de perigo abstrato.

d) Em razão do princípio da intranscendência, a pena de multa pode ser executada contra os herdeiros do condenado até o limite do patrimônio transferido.

e) Os costumes podem criar tipos penais incriminadores quando a prática for reiterada e reconhecida como obrigatória pela sociedade.

47. Sobre a aplicação da lei penal, nos termos do Código Penal, é correto afirmar:

a) Considera-se praticado o crime quando se produz o resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.

b) Considera-se praticado o crime exclusivamente no lugar em que se produziu o resultado.

c) O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo, e contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

d) Computam-se, nas penas privativas de liberdade, as frações de dia, e, na pena de multa, as frações de real.

e) A lei excepcional ou temporária, decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, deixa de ser aplicada aos fatos praticados durante sua vigência.

48. Nos termos do Código Penal, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem

a) presenciou o fato e tinha condições físicas de agir, independentemente de qualquer vínculo com a vítima.

b) seja parente da vítima até o terceiro grau, em linha reta ou colateral.

c) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância, ainda que não tenha possibilidade física de agir.

d) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

e) ocupe cargo público, em qualquer hipótese, em relação a todos os resultados lesivos de que tome conhecimento.

49. João foi atacado por Pedro com uma faca. Ele conseguiu desarmar o agressor e imobilizá-lo no chão. Já com Pedro imobilizado e sem oferecer qualquer resistência, João, tomado de raiva, desferiu-lhe diversos golpes na cabeça com a própria faca, causando sua morte. Assistido pela Defensoria Pública, João teve sua situação analisada pelo Assistente Jurídico. É correto afirmar:

a) João agiu integralmente em legítima defesa, pois a agressão inicial de Pedro justifica toda a reação subsequente, e o fato é lícito.

b) João agiu em estado de necessidade, pois estava em perigo atual que não provocou por sua vontade.

c) João agiu inicialmente em legítima defesa. Cessada a agressão, porém, os golpes posteriores configuram excesso doloso, pelo qual responde, nos termos do Código Penal.

d) A legítima defesa de João estaria amparada pelo parágrafo único do art. 25 do Código Penal, que considera em legítima defesa qualquer pessoa que repele agressão a vítima mantida refém.

e) Pedro não poderia invocar legítima defesa contra os golpes excessivos de João, pois foi ele quem deu causa à situação de agressão.

50. Sobre a imputabilidade penal, nos termos do Código Penal, é correto afirmar:

a) A emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal quando o agente estiver sob seu domínio no momento da ação.

b) A embriaguez voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, exclui a imputabilidade quando completa.

c) É isento de pena o agente que, em virtude de perturbação de saúde mental, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato.

d) Os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

e) A embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, apenas reduz a pena de um a dois terços.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

51. A crítica pós-colonial e a sociologia das ausências apontam que o discurso dos direitos humanos pode ser instrumentalizado geopoliticamente como retórica de legitimação de intervenções imperialistas. Como alternativa à polarização excludente entre o universalismo hegemônico ocidental e o relativismo cultural defensivo, Boaventura de Sousa Santos propõe a hermenêutica diatópica, que se fundamenta:

a) Na imposição transnacional dos valores liberais europeus a todos os povos periféricos.

b) No reconhecimento da incompletude mútua de cada cultura por meio do diálogo intercultural.

c) Na prevalência absoluta dos costumes tradicionais locais sobre quaisquer tratados internacionais.

d) Na autorização irrestrita de intervenções armadas unilaterais motivadas por razões humanitárias.

e) Na supremacia epistêmica dos direitos individuais civis em detrimento dos direitos coletivos.

52. No que concerne à incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos ao direito brasileiro, à sua hierarquia perante a Constituição Federal e à doutrina do controle de convencionalidade, assinale a alternativa correta:

a) O controle de convencionalidade difuso é de atribuição privativa e exclusiva do Supremo Tribunal Federal.

b) Os tratados aprovados pelo rito ordinário revogam formalmente o texto das emendas constitucionais.

c) A supralegalidade confere aos tratados de direitos humanos posição acima das leis e subordinada à Constituição.

d) O controle de convencionalidade exercido pelo juiz interno dispensa o parâmetro da jurisprudência da Corte IDH.

e) Os tratados de direitos humanos anteriores à EC nº 45/2004 assumiram automaticamente status constitucional.

53. A evolução dogmática do princípio da igualdade material consagrou a distinção entre as modalidades de discriminação e a legitimidade das medidas de reparação compensatória. A respeito da discriminação direta, indireta e das ações afirmativas, assinale a alternativa correta:

a) A discriminação indireta ocorre quando uma medida formalmente neutra gera impacto adverso desproporcional sobre determinado grupo.

b) As ações afirmativas constituem privilégios vitalícios que violam a isonomia material consagrada na ordem constitucional.

c) A comprovação da discriminação indireta exige a demonstração inequívoca de dolo de prejudicar por parte do agente formulador da norma.

d) A discriminação direta decorre unicamente de omissões involuntárias em processos burocráticos do setor privado.

e) As medidas de ação afirmativa aplicam-se restritivamente ao acesso de candidatos a cargos eletivos no Poder Legislativo.

54. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e seu Protocolo Facultativo, aprovados pelo rito do Art. 5º, § 3º, da CF/88 (Decreto nº 6.949/2009), trouxeram inovações substanciais à ordem jurídica brasileira. Sobre esse marco normativo, assinale a alternativa correta:

a) O Protocolo Facultativo estabelece mecanismo de envio de comunicações individuais perante o comitê internacional especializado.

b) A CDPD adotou o modelo puramente médico, definindo a deficiência exclusivamente por impedimentos biológicos corporais.

c) O instrumento internacional foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro com hierarquia de lei ordinária federal.

d) A Convenção estabelece a presunção legal de incapacidade civil absoluta para todos os adultos com deficiência intelectual.

e) O Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência possui poder sancionador de execução forçada das suas decisões.

55. O Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ("Protocolo de San Salvador") consagra a tutela progressiva dos direitos dessa natureza. No que se refere ao mecanismo de peticionamento individual contencioso perante o Sistema Interamericano (Comissão e Corte IDH), assinale a alternativa correta:

a) Admite o acionamento judicial direto para qualquer direito econômico, social e cultural previsto no texto do tratado.

b) Veda peremptoriamente a apresentação de petições individuais perante os órgãos de fiscalização do sistema.

c) Restringe o cabimento de petições individuais às violações dos direitos à educação e às liberdades sindicais.

d) Prevê que as cláusulas de direitos sociais têm aplicabilidade imediata e absoluta, vedando reservas de cumprimento progressivo.

e) Exige autorização formal e prévia do Poder Executivo nacional para que o cidadão protocole petição individual perante a CIDH.

NOÇÕES DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO IDOSO, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER E DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Lilian Novakoski

56. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), acerca da medida socioeducativa de internação, assinale a alternativa correta.

a) A internação deve ser aplicada por prazo determinado de, no máximo, dois anos, sem possibilidade de reavaliação.

b) A internação não comporta prazo determinado, mas deve ser reavaliada, no máximo, a cada seis meses, e não pode exceder três anos.

c) A internação pode ser aplicada pelo prazo de cinco anos quando se tratar de ato infracional equiparado a crime hediondo.

d) A liberação compulsória do adolescente ocorre somente quando ele completar dezoito anos.

e) A internação é aplicável apenas em caso de reincidência, sendo vedada a aplicação em ato infracional cometido com grave ameaça.

57. A Lei nº 12.594/2012 institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Quanto aos princípios que regem a execução das medidas socioeducativas, assinale a alternativa correta.

a) A execução deve priorizar a privação de liberdade, sendo a medida em meio aberto medida subsidiária.

b) A execução deve priorizar práticas ético-pedagógicas restaurativas e soluções autocompositivas, além de observar o princípio da excepcionalidade.

c) A execução da internação pode ocorrer em estabelecimento prisional comum, desde que separado dos presos adultos.

d) O princípio da individualização é incompatível com a aplicação de medidas em meio aberto.

e) A remição da medida socioeducativa não é admitida no âmbito do SINASE.

58. O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei 14.344/2022, determina que intervirá nas situações de violência contra a criança e o adolescente com a finalidade de, entre outras:

I - prevenir os atos de violência contra a criança e o adolescente;

II - fazer cessar a violência quando esta ocorrer;

III - prevenir a reiteração da violência já ocorrida;

IV - promover o atendimento da criança e do adolescente para maximizar as sequelas da violência sofrida.

Estão corretas as assertivas:

a) I e II

b) II e III

c) I, II e III

d)II, III e IV

e)I, III e IV

59. Considerando a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta.

a) A pessoa com deficiência intelectual é considerada absolutamente incapaz para os atos da vida civil.

b) A curatela é a regra para todas as pessoas com deficiência, por ser a forma mais protetiva de tutela.

c) A deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa, sendo necessária sua interdição total para a prática de atos patrimoniais.

d) A pessoa com deficiência só pode exercer direitos civis mediante a assistência de um curador nomeado judicialmente.

e) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, e a curatela, quando necessária, é medida extraordinária e proporcional.

60. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

a) A violência patrimonial e a violência moral estão entre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

b) A concessão de medidas protetivas de urgência depende de prévia instauração de inquérito policial ou de ação penal.

c) É vedada a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária como resposta à violência doméstica.

d) Entre as medidas protetivas de urgência, pode o juiz determinar o afastamento do lar do agressor.

e) O descumprimento de medida protetiva de urgência constitui crime, com pena de detenção.

REDAÇÃO

Texto I

“Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.” (Decreto nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua)

Texto II

“O termo ‘situação de rua’ não só descreve a carência de moradia, como também identifica um grupo social. O estreito vínculo entre a negação de direitos e uma identidade social distingue a falta de moradia da privação de outros direitos socioeconômicos.” (Adaptado de relatório da Relatora Especial da ONU sobre moradia adequada)

Texto III

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (Constituição Federal de 1988)

Com base nos textos de apoio acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E CIDADANIA: DA INVISIBILIDADE SOCIAL À GARANTIA DE DIREITOS

Extensão: mínimo de 20 e máximo de 30 linhas.

Folha de Resposta	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0